

# CADERNO DE ENCARGOS

## AJUSTE DIRETO REGIME GERAL

### “AQUISIÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS PARA TRATAMENTO DE ÁGUAS”

## ÍNDICE

<b>PARTE I .....</b>	<b>3</b>
<b>CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS .....</b>	<b>3</b>
Cláusula 1.ª - Objeto .....	3
Cláusula 2.ª - Contrato .....	3
Cláusula 3.ª – Vigência do Contrato.....	4
<b>CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS .....</b>	<b>4</b>
<b>Secção I - Obrigações do Fornecedor .....</b>	<b>4</b>
<b>Subsecção I - Disposições Gerais .....</b>	<b>4</b>
Cláusula 4.ª - Obrigações principais do fornecedor .....	4
Cláusula 5.ª - Prazo do Fornecimento .....	5
Cláusula 6.ª - Local do Fornecimento.....	5
<b>Subsecção II - Dever de sigilo .....</b>	<b>5</b>
Cláusula 7.ª - Objeto do dever de sigilo .....	5
Cláusula 8.ª – Prazo do dever de sigilo .....	5
<b>Secção II - Obrigações da Câmara Municipal de Sines .....</b>	<b>6</b>
Cláusula 9.ª - Preço contractual.....	6
Cláusula 10.ª - Preço base.....	6
Cláusula 11.ª - Condições de pagamento.....	6
Cláusula 12.ª - Revisão de preços .....	7
Cláusula 13.ª – Adiantamentos.....	7
<b>CAPÍTULO III - PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO .....</b>	<b>7</b>
Cláusula 14.ª - Força maior .....	7
Cláusula 15.ª - Resolução por parte da Câmara Municipal de Sines.....	8
<b>CAPÍTULO IV – CAUÇÃO E RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS .....</b>	<b>9</b>
Cláusula 16.ª – Caução.....	9
Cláusula 17.ª - Foro competente .....	9
<b>CAPÍTULO V - DISPOSIÇÕES FINAIS .....</b>	<b>9</b>
Cláusula 18.ª – Subcontratação e cessão da posição contractual.....	9
Cláusula 19.ª - Comunicações e notificações .....	9
Cláusula 20.ª - Contagem dos prazos.....	10
Cláusula 21.ª – Legislação aplicável .....	10
<b>PARTE II .....</b>	<b>11</b>
Cláusula 22.ª – Especificações Técnicas .....	11
Cláusula 23.ª - Atributos da Proposta .....	14

## PARTE I

### CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

#### Cláusula 1.ª - Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência de procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a aquisição de produtos químicos para tratamento de águas, nas condições previstas nas Especificações Técnicas definidas na Parte II do presente Caderno de Encargos;

#### Cláusula 2.ª - Contrato

1. O contrato é composto pelo respectivo clausulado contratual e seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
  - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
  - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
  - c) O presente Caderno de Encargos;
  - d) A proposta adjudicada;
  - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respectiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário

nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal, nos casos em que a celebração implique a sua redução a escrito.

### **Cláusula 3.ª – Vigência do Contrato**

O contrato mantém-se em vigor pelo prazo de um ano, em conformidade com os respetivos termos e condições e disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessão do contrato.

## **CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS**

### **Secção I - Obrigações do Fornecedor**

#### **Subsecção I - Disposições Gerais**

### **Cláusula 4.ª - Obrigações principais do fornecedor**

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o fornecedor as seguintes obrigações principais:
  - a) Efetuar o fornecimento nos termos e nas condições previstas nas Especificações Técnicas definidas na parte II do presente Caderno de Encargos;
  - b) Obrigação de garantia dos bens.
2. O Fornecedor fica ainda obrigado, nomeadamente, a fornecer todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados ao fornecimento do bem, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário ao perfeito e completo fornecimento dos referidos bens, nos termos do artigo 452.º do Código dos Contratos Públicos.

#### **Cláusula 5.ª - Prazo do Fornecimento**

O fornecedor obriga-se a fornecer os bens, objeto do caderno de encargos durante o período de um ano e obriga-se a cumprir todos os prazos indicados na sua proposta.

#### **Cláusula 6.ª - Local do Fornecimento**

1. O fornecedor obriga-se a entregar os bens nas instalações da Câmara Municipal de Sines – Armazém Municipal, sito na Zil II Lote 247, 7520 – 309 SINES.
2. O fornecedor é responsável pelas despesas com o transporte e entrega dos bens objeto do contrato.

#### **Subsecção II - Dever de sigilo**

#### **Cláusula 7.ª - Objeto do dever de sigilo**

1. O fornecedor deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Câmara Municipal de Sines, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem ser objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto, a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

#### **Cláusula 8.ª – Prazo do dever de sigilo**

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 (cinco) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição

subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

## **Secção II - Obrigações da Câmara Municipal de Sines**

### **Cláusula 9.ª - Preço contractual**

1. Pelo fornecimento dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Câmara Municipal de Sines deve pagar ao fornecedor o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no n.º 1 da presente cláusula inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Câmara Municipal de Sines.
3. Todos os encargos derivados da apresentação da proposta, assinatura do contrato, prestação de garantias e seguros são igualmente da conta do fornecedor.

### **Cláusula 10.ª - Preço base**

Para a contratação em causa é fixado como preço base o valor de € 29.700,00 (vinte e nove mil e setecentos euros), sendo este o preço máximo que a CMS se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem objeto do contrato e funcionando como parâmetro base do preço contratual.

### **Cláusula 11.ª - Condições de pagamento**

1. As quantias devidas pela Câmara Municipal de Sines, nos termos da Cláusula 9.ª, serão pagas no prazo de 60 dias após a entrega das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva e devem ser acompanhadas de todos os elementos descritivos e justificativos que permitam a sua conferência.

2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a entrega dos bens, sendo as faturas emitidas de acordo com os fornecimentos faseados.

3. Caso as faturas apresentadas não sejam validadas pela Câmara Municipal de Sines porque desconformes com o contrato, esta comunicará tal decisão ao fornecedor, que deverá apresentar outras em sua substituição, devidamente corrigidas.

Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas serão pagas preferencialmente por transferência bancária, devendo na faturação ser indicado o respetivo IBAN.

#### **Cláusula 12.ª - Revisão de preços**

O valor contratual é fixo e não sujeito a revisão de preços.

#### **Cláusula 13.ª – Adiantamentos**

No âmbito do presente fornecimento de bens não há lugar a adiantamentos.

### **CAPÍTULO III - PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO**

#### **Cláusula 14.ª - Força maior**

1. Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respectiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves,

embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3. Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

4. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

**Cláusula 15.ª - Resolução por parte da Câmara Municipal de Sines**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a Câmara Municipal de Sines pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem;

2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao Fornecedor.

## **CAPÍTULO IV – CAUÇÃO E RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS**

### **Cláusula 16.ª – Caução**

Não é exigida a prestação de caução, conforme determinado no n.º 2 do art.º 88.º do CCP.

### **Cláusula 17.ª - Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja, com expressa renúncia a qualquer outro.

## **CAPÍTULO V - DISPOSIÇÕES FINAIS**

### **Cláusula 18.ª – Subcontratação e cessão da posição contractual**

A subcontratação pelo fornecedor e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

### **Cláusula 19.ª - Comunicações e notificações**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

#### **Cláusula 20.ª - Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

#### **Cláusula 21.ª – Legislação aplicável**

Em tudo o omissso no presente convite observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29.01, na sua atual redação.

## PARTE II

### Cláusula 22.<sup>a</sup> – Especificações Técnicas

O presente caderno de encargos tem como objeto a aquisição de produtos químicos para tratamento de águas, nas condições abaixo descritas:

I. 500 unidades – Diminuidor de PH – embalagens de 30 litros

O Diminuidor de pH deverá ser um produto constituído por sais orgânicos acidificantes, compatíveis com os outros agentes utilizados no tratamento da água das piscinas, permitindo também a diluição com água no pré-doseamento. Deverá ser inofensivo para os utilizadores e não deverá atacar qualquer elemento da piscina ou equipamento.

Terão que ser apresentadas fichas de dados de segurança e certificados de qualidade.

II. 840 unidades – Hipoclorito – embalagens de 32 kg

Na proposta o concorrente deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Ficha de segurança do produto;
- b) Boletim de análise do produto que deverá conter os resultados respeitantes aos critérios de pureza (impurezas, principais subprodutos e substâncias tóxicas) especificados na respetiva norma europeia EN 901:2007 ed.2 para hipoclorito de sódio, onde deve constar, no mínimo, a seguinte informação:
  - Identificação dos reagentes a fornecer, com indicação do nome comercial e/ou designação do produto;

- Ficha de especificação técnica dos reagentes, com indicação das características físicas e químicas;
- Identificação do laboratório que realiza os ensaios.
- Local e data de fabrico.
- Nome do fabricante do produto.
- Identificação completa e data de receção da amostra submetida a ensaio.
- Referência à norma europeia aplicável.
- Resultados dos ensaios efetuados e apresentados nas unidades referidas na norma europeia.

O fornecimento de hipoclorito de sódio será constituído por entregas faseadas de jerricans de 32 Kg de Hipoclorito de Sódio  $\geq 13\%$  do produto.

Os fornecimentos efetuados em contentores ou em jerrican devem sê-lo em regime de débito crédito.

A entrega do produto só deverá ser dada por concluída, após a verificação pelo Serviço de Gestão de Stocks da apresentação de todos os documentos exigidos.

Serão da responsabilidade do fornecedor todos os encargos que venham a ter lugar no caso de devolução do produto que não se encontre em conformidade, bem como de todos os custos que possam decorrer desse estado.

A Câmara Municipal de Sines reserva-se ao direito de efetuar as análises e verificações consideradas pertinentes à verificação do(s) produto(s) rececionado(s).

Qualquer anomalia detetada, no ato da entrega ou no início da utilização obrigará a imediata comunicação ao fornecedor, sendo que todo o produto constante do respetivo fornecimento será devolvido ao fornecedor a custas deste.

Os parâmetros de qualidade dos produtos a fornecer, constantes das respetivas fichas de especificação técnica, têm de respeitar, obrigatoriamente, os limites estabelecidos nas normas

européias aplicáveis aos produtos utilizados no tratamento da água destinada ao consumo humano, neste caso a EN 901:2007 ed. 2, para hipoclorito de sódio.

O acondicionamento deverá respeitar as normas de rotulagem, transporte e armazenamento para o produto em questão.

No ato de entrega de cada fornecimento, o produto deve vir acompanhado, para além dos documentos legalmente exigidos, por um “certificado de conformidade do produto fornecido” (certificado de análise, boletim de análise ou boletim de conformidade), no qual constará, pelo menos, o resultado do teor da componente ativa correspondente ao lote entregue.

Sempre que se entender pertinente, e por conseguinte assim seja solicitado, deverá ser fornecido à Câmara Municipal de Sines o boletim de análise do produto, o qual deverá apresentar os resultados respeitantes aos critérios de pureza (impurezas, principais subprodutos e substâncias tóxicas) especificados na respetiva norma europeia, onde deve constar, no mínimo, a seguinte informação:

- Identificação do laboratório que realiza os ensaios.
- Nome comercial do produto.
- Local e data de fabrico.
- Nome do fabricante do produto.
- Identificação completa e data de receção da amostra submetida a ensaio.
- Referência à norma europeia aplicável.
- Resultados dos ensaios efetuados e apresentados nas unidades referidas na norma europeia.
- Todos os resultados analíticos constantes do boletim de análise do produto deverão ser obtidos em laboratório independente do fabricante ou em laboratório do fabricante desde que acreditado. Em ambos os casos, o laboratório deve ser, preferencialmente, acreditado para os parâmetros em questão ou, alternativamente, garantir que possui um controlo da qualidade analítica devidamente implementado.

As quantidades indicadas são meramente indicativas e não vinculam a Câmara Municipal de Sines à totalidade do seu consumo. Apenas o preço proposto assume carácter vinculativo, devendo os valores unitários dos bens ser mantidos até ao final do contrato.

O fornecedor deverá proceder à realização de análises bacteriológicas mensais aos seguintes parâmetros:

- Germes totais
- Bactérias coliformes
- Escherichia Coli
- Enterococos fecais
- Estafilococos não produtores de coagulase
- Estafilococos produtores de coagulase
- Pseudomonas aeruginosa

Bem como os parâmetros físico-químicos, tais como:

- PH
- Condutividade
- Cloro Livre
- Cloro Total

#### **Cláusula 23ª - Atributos da Proposta**

Os concorrentes deverão apresentar as suas propostas instruídas com o preço total expresso em algarismos e por extenso, prevalecendo em caso de divergência o extenso, com menção expressa de que ao preço total acresce o IVA, com indicação do respetivo valor e taxa legal aplicável.